DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE AVAÍ

Conforme Lei Municipal nº 2.198, de 08 de maio de 2017

www.avai.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/avai

SUMÁRIO

Poder Executivo 2
Licitações e Contratos 2
Homologação / Adjudicação 2
Atas de Sessões 2

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Avaí, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Avaí poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.avai.sp.gov.br
Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/avai
As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Avaí
CNPJ 46.137.436/0001-28
Praça Major Gasparino de Quadros, 460
Telefone: (14) 3287 1134
Site: www.avai.sp.gov.br
Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/avai

Câmara Municipal de Avaí
CNPJ 66.493.958/0001-70
Praça Major Gasparino de Quadros, 251
Telefone: (14) 3287-1245
Site: www.camaraavai.sp.gov.br

Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município de Avaí garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.avai.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.imprensaoficialmunicipal.com.br/avai

PODER EXECUTIVO

Licitações e Contratos

Homologação / Adjudicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2024
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Objeto: **Contratação de empresa para Registro de preço para Aquisição de Mercadoria para a Merenda Escolar.**

ADJUDICO o julgamento da Comissão Permanente de Licitação e **HOMOLOGO** o objeto da referida Ata de Registro de Preço n º **001/2024**, a licitante BENTO & BENTO VERDURAS LTDA, CNPJ. 69.224.186/0001-69.

ADJUDICO o julgamento da Comissão Permanente de Licitação e **HOMOLOGO** o objeto da referida Ata de Registro de Preço n º **001/2024**, a licitante CAMPOS OLIVEIRA & GHIRALDI LTDA, CNPJ. 05.424.954/0001-45.

ADJUDICO o julgamento da Comissão Permanente de Licitação e **HOMOLOGO** o objeto da referida Ata de Registro de Preço n º **001/2024**, a licitante CITRY SOL RIO PRETO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA, CNPJ. 00.028.822/0001-80.

ADJUDICO o julgamento da Comissão Permanente de Licitação e **HOMOLOGO** o objeto da referida Ata de Registro de Preço n º **001/2024**, a licitante CRF ALIMENTOS LTDA, CNPJ. 48.828.205/0001-96.

ADJUDICO o julgamento da Comissão Permanente de Licitação e **HOMOLOGO** o objeto da referida Ata de Registro de Preço n º **001/2024**, a licitante CRUZ & PONTES LTDA, CNPJ. 05.359.854/0001-82.

ADJUDICO o julgamento da Comissão Permanente de Licitação e **HOMOLOGO** o objeto da referida Ata de Registro de Preço n º **001/2024**, a licitante ERIK AUGUSTO MENDONCA BELISARIO - PADARIA, CNPJ. 22.981.987/0001-05.

ADJUDICO o julgamento da Comissão Permanente de Licitação e **HOMOLOGO** o objeto da referida Ata de Registro de Preço n º **001/2024**, a licitante FABIANA DA SILVA MARQUESI-ME, CNPJ. 27.249.577/0001-98.

ADJUDICO o julgamento da Comissão Permanente de Licitação e **HOMOLOGO** o objeto da referida Ata de Registro de Preço n º **001/2024**, a licitante FRIGOBOI COMERCIO DE CARNES LTDA, CNPJ. 58.302.506/0001-35.

ADJUDICO o julgamento da Comissão Permanente de Licitação e **HOMOLOGO** o objeto da referida Ata de Registro de Preço n º **001/2024**, a licitante MENDONCA LIMA & DUQUE MINI MERCADO AVAI LTDA, CNPJ. 07.180.216/0001-25.

ADJUDICO o julgamento da Comissão Permanente de Licitação e **HOMOLOGO** o objeto da referida Ata de Registro de Preço n º **001/2024**, a licitante NORI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI, CNPJ. 08.110.643/0001-08.

ADJUDICO o julgamento da Comissão Permanente de Licitação e **HOMOLOGO** o objeto da referida Ata de Registro de Preço n º **001/2024**, a licitante RIOMEDICA RIO PRETO LTDA, CNPJ. 04.244.405/0001-26.

ADJUDICO o julgamento da Comissão Permanente de Licitação e **HOMOLOGO** o objeto da referida Ata de Registro de Preço n º **001/2024**, a licitante VICTOR MARTINS MOURA, CNPJ. 23.116.266/000108.

Avaí, 21 de março de 2024.

HELLEN FERNANDES RODRIGUES COELHO
PREFEITA MUNICIPAL DE AVAÍ-SP

.....

Atas de Sessões

CENTRAL DE LICITAÇÃO
CONVITE DE nº 02/2023
PROCESSO 013/2023

DATA ABERTURA: Aos 03 dias de agosto de 2023, às 10:30, na central de licitações da Prefeitura Municipal de Avaí, localizada na Praça Major Gasparino de Quandros, nº 460, reuniu-se em sessão pública a Comissão de Licitação, composta pelo Sr. Walter Gimenes Coelho, Jean Carlos Preto de Moraes e Ivone Carrinho Basílio, para processar a licitação na modalidade de Carta Convite de nº 002/2023, em tem por objeto a **Construção de calçadas acessíveis na Praça Central de Avaí – denominada Praça Major Gasparino de Quadros – Conforme Planilha orçamentária e projeto básico integrante,** conforme condições e preceitos no Edital e seus anexos. O aviso deste foi encaminhado a 4 (quatro) empresas convidadas, conforme comprovantes nos autos, observando o prazo mínimo legal de 05 (cinco) dias úteis, sendo afixado no quadro de Aviso do Paço Municipal.

Iniciando-se a sessão, inicialmente fez-se o credenciamento das participantes, registrando-se a presença das seguintes empresas interessadas no certame:

Empresas	CNPJ
JP&M MORAES CONSTRUTORA LTDA	42.697.236/0001-79
RJr. ENGENHARIA E VIAS LTDA	43.811.817/0001-52
BRUNO DA SILVA RAMOS SERVIÇOS	26.850.965/0001-67

Em seguida procedeu-se a abertura dos envelopes nº 01. Passou-se para a análise da documentação por parte da Comissão, que declarou concluída a análise e conferência da documentação, contatou-se que: Todas as empresas foram habilitadas. Presente somente o Representante da Empresa RJr. Engenharia e Vias LTDA, ou seja, o senhor José Márcio Rigotto Junior. Foi dada a palavra ao representa da referida empresa que não apresentou qualquer manifestação ou impugnação aos documentos vistados.

Passou a análise das propostas:

EMPRESA	PROPOSTA
RJr. ENGENHARIA E VIAS LTDA	R$ 274.603,31
RAMOS ENGENHARIA	R$ 275.709,47
JP&M MORAES CONSTRUTORA	R$ 276.538,27

Foi solicitado ao único representante presente que assinasse as propostas apresentadas e em seguida passou-

se a análise das propostas por parte da comissão. Após a analise foi declarada vencedora a empresa RJr. Engenharia e Vias LTDA, com a menor proposta de R$ 274.603,31 (duzentos e setenta e quatro mil seiscentos e três reais e trinta e um centavos), o qual apresentou Documentação de Proposta atendendo todas as exigências em Edital.

Não tendo nada mais a registrar, procedeu-se a leitura da presente Ata que foi aprovada e assinada por todos os presentes, sendo que a mesma será disponibilizada no diário oficial do Município de Avaí.

Por fim, ficam as demais empresas participantes notificadas, a partir da data de publicação desta Ata, a apresentarem recurso caso queiram.

Deu-se por encerrada a presente reunião às 11h52min.

Assinam pela Comissão:

JOSÉ MARCIO RIGOTTO JUNIOR
REPRESENTANTE DA EMPRESA
RJR ENGENHARIA E VISAS LTDA

.....

MINUTA DO CONTRATO Nº 199/2023
CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE AVAÍ E A EMPRESA RJR ENGENHARIA E VIAS LTDA.

Aos 11 dias do mês de setembro de 2023 do ano de dois mil e quinze, pelo presente instrumento de Contrato que fazem o **MUNICÍPIO DE AVAÍ**, inscrito no CNPJ/MF nº. 46.137.436/0001-28, localizada na Praça Major Gasparino de Quadros – 460, neste ato representada por seu Prefeito, **Senhora Hellen Fernandes Rodrigues Coelho**, doravante denominada **"CONTRATANTE"**, e do outro lado a Empresa abaixo denominada, doravante denominada **"CONTRATADA"**, firmam o presente Contrato nos termos da **Convite Nº. 02/2023** e da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, que se comprometem a respeitar e cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CONTRATADO: RJR ENGENHARIA E VIAS LTDA	CNPJ: 43.811.817/0001-52	
ENDEREÇO: R. Benevides Fernandes Pereira	Nº. 183	
CIDADE: Pirajuí - SP	CEP: 16.603-032	
E-MAIL: engenharia_rjr@hotmail.com	FONE: (14) 99790-9451	
OBJETO	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
OBJETO: Construção de calçadas assessíveis na Praça Central de Avaí – denominada Praça Major Gasparino de Quadros - conforme planilha orçamentaria e projeto básico integrantes desse celular.	R$ 274.603,31	R$ 274.603,31
TOTAL GERAL duzentos e setenta e quatro mil seiscentos e três reais e trinta e um centavos		R$ 274.603,31

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto deste contrato é: **OBJETO: Construção de calçadas assessíveis na Praça Central de Avaí – denominada Praça Major Gasparino de Quadros – conforme planilha orçamentaria e projeto básico integrantes desse celular.**.

1.2 - Fazem parte indissolúvel deste contrato o Caderno de Licitação da **CONVITE Nº. 02/2023** e a proposta comercial da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DOS PAGAMENTOS

2.1 - O presente Contrato tem o valor total deR$ 274.603,31 Esse valor foi obtido pela aplicação dos preços unitários oferecidos para **CONTRATADA** nos quantitativos constantes do **ANEXO II – Especificações** do Caderno de licitação e preços conforme Proposta apresentada no processo licitatório **CONVITE Nº. 02/2023.**

2.2 - Os preços serão mantidos fixos e irreajustáveis durante toda a vigência contratual, ressalvada a hipótese mencionada no artigo 65, inciso II, alínea "d" da Lei Federal nº 8.666/93, isto é, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

2.3 - Os preços mencionados em 2.1 englobam, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos relacionados com a integral execução do objeto deste contrato.

2.4 - As medições serão apresentadas mensalmente pela licitante vencedora através de requerimento e Planilha Orçamentária, sempre no último dia de cada mês.

2.5 - As medições serão conferidas e liberadas pela Secretaria Municipal de Obras até o 5º (quinto) dia após sua apresentação.

2.6 – O pagamento referente às medições será efetuado após a Medição/Autorização da Casa Civil – Subsecretaria de Relacionamento com Municípios, observadas as cláusulas contratuais a respeito, mediante ordem bancária através de instituição financeira a ser determinada pela licitante vencedora.

2.7 - A licitante vencedora deverá, com base no art. 71, da Lei Federal nº. 8.666/93, comprovar o recolhimento prévio das contribuições previdenciárias incidentes sobre a remuneração dos segurados, incluídas em Nota Fiscal ou Fatura correspondente aos serviços executados, quando do pagamento da referida nota, nos termos do art. 31, §§ 3º e 4º da Lei Federal nº. 8.212/91.

2.8 - A CONTRATADA, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura deverá apresentar cópia autenticada que comprove a quitação com as obrigações previdenciárias, documento indispensável para que o pagamento seja efetuado, nos termos do Artigo 71, parágrafo 2º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações com a alteração introduzida pelo Artigo 4º da Lei Federal nº 9.032, documento esse que deverá ficar retido junto à CONTRATANTE.

2.9 - Juntamente com a **NOTA FISCAL,** a **CONTRATADA** deverá entregar à **CONTRATANTE**, os certificados de regularidade do FGTS, INSS e Justiça do Trabalho, retirados da internet.

2.10 - Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação "IGPM", ou outro índice que venha substituí-lo, conforme a legislação vigente.

2.11 - O CNPJ apresentado pela licitante para sua habilitação será, **obrigatoriamente**, o mesmo a receber a Nota de Empenho e da assinatura do Contrato, bem como o mesmo a emitir a Nota Fiscal/Fatura correspondente à execução do objeto.

2.12 - O pagamento será realizado mediante depósito em conta bancária apresentada pela **CONTRATADA**,

identificada no quadro acima.

2.13 - As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à **CONTRATADA** e novo vencimento será programado a partir de sua reapresentação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

3.1 - O prazo de vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura do presente instrumento, podendo ser prorrogado dentro dos limites do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

3.2 - O prazo de execução dos serviços é de até **60** (sessenta) dias contados a partir do recebimento da “Ordem de Serviço”, conforme cronograma de execução constantes no Anexo II do Edital desta Tomada de Preços.

2.3 - A **CONTRATADA** deverá manter válidas as condições de sua habilitação durante toda a vigên

2.4 cia contratual.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ADITAMENTOS

4.1 - O presente contrato, dentro de sua vigência poderá ser aditado, com as devidas justificativas, mediante a aplicação, quando cabíveis, das condições e determinações estabelecidas nos artigos 57 e 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

4.2 - A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões do objeto em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato ou supressões acima desse percentual mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - Registrar o Contrato no CREA e apresentar o comprovante de pagamento da "Anotação de Responsabilidade Técnica", antes da emissão da primeira fatura.

5.2 - Manter nesta Cidade, no mínimo, um escritório representativo, independente do escritório no local da obra/serviço.

5.3 - Fornecer e colocar no local das obras placa de divulgação e identificação da mesma, e placa de inauguração, quando for o caso, as quais serão confeccionadas de acordo com as diretrizes fornecidas pela Contratante.

5.4 - Planejar as obras/serviços de forma a não interferir no andamento normal das atividades desenvolvidas no local e em seu entorno.

5.5 - Providenciar, às suas expensas, cópias dos elementos que venham a ser necessários, não só para a Licitação e assinatura do Contrato, como também para execução das obras / serviços.

5.6 - Matricular os serviços no INSS e entregar à Contratante as guias de recolhimento das contribuições devidas ao INSS e ao FGTS, nos termos da legislação específica em vigor. As referidas guias serão acompanhadas de declaração elaborada em papel timbrado da Contratada, carimbada e assinada por pessoa legalmente habilitada para tal fim, atestando, sob as penas da lei, que as mesmas correspondem fielmente ao total da mão de obra empregada nos serviços contratados.

5.7 - Manter no local das obras / serviços um "Diário de Ocorrências", no qual serão feitas anotações diárias referentes ao andamento dos serviços, qualidade dos materiais, mão de obra etc., como também reclamações, advertências e principalmente problemas de ordem técnica que requeiram solução, por uma das partes. Este Diário, devidamente rubricado pela Fiscalização e pela CONTRATADA, em todas as vias, ficará em poder da CONTRATANTE após a conclusão das obras / serviços.

5.8 - Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantir a salubridade e a segurança nos acampamentos e nos canteiros de serviços.

5.9 - Arcar, sem ônus para a CONTRATANTE, com todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos e em domingos e feriados, inclusive as de iluminação.

5.10 - Responder por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações Fiscal, Previdenciária, Trabalhista e Comercial, inclusive os decorrentes de acidentes de trabalho.

5.11 - Responder financeiramente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas, por quaisquer danos causados à União, Estado, Município ou terceiros, em razão da execução das obras / serviços.

5.12 - Fazer com que os componentes da equipe de mão de obra operacional (operários), exerçam as suas atividades, devidamente uniformizados, em padrão único (farda), e fazendo uso dos equipamentos de segurança requeridos para as atividades desenvolvidas, em observância à legislação pertinente.

5.13 - Executar todas as obras, serviços e instalações de acordo com os projetos, especificações e demais elementos técnicos que integram este Edital, obedecendo rigorosamente às Normas Técnicas da ABNT, e das concessionárias de serviços públicos, bem como as determinações da CONTRATANTE.

5.14 - Não transferir no todo ou em parte, serviços ou obras objeto do Contrato, ressalvadas as sub-contratações de serviços especializados, as quais serão previamente submetidas à CONTRATANTE para autorização.

5.15 - Comunicar à Fiscalização e proceder, às suas expensas, as correções necessárias, sempre que ocorrerem falhas, erros ou omissões nos projetos, especificações e demais elementos técnicos que integram este Edital, assumindo a responsabilidade pela correta execução de todos os serviços. Tais correções somente serão efetuadas com a aprovação da Fiscalização, que por sua vez consultará o(s) autor(es) do(s) projeto(s), para efeito de autorização.

5.16 - Quando, por motivo de força maior ou caso fortuito, houver a necessidade de aplicação de material "similar" ao especificado, submeter o pretendido à Fiscalização, para que a mesma, através de laudos, pareceres e levantamentos de custos, possa se pronunciar pela aprovação ou não do mesmo.

5.17 - Manter permanentemente no local das obras / serviços, equipe técnica suficiente, composta pelos profissionais habilitados e de capacidade comprovada indicados na relação da equipe mínima, que assume perante a Fiscalização, a responsabilidade técnica dos mesmos até a sua entrega definitiva, inclusive com poderes para deliberar sobre qualquer determinação de emergência que se torne necessária.

5.18 - Manter no local das obras / serviços, além da equipe técnica retro mencionada, auxiliares necessários ao perfeito controle de medidas e padrões, assim como promover às suas expensas e a critério da Fiscalização, o controle tecnológico dos materiais a serem empregados nos serviços.

5.19 - Facilitar a ação da Fiscalização na inspeção das obras / serviços, em qualquer dia ou hora, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, inclusive de ordem administrativa, bem como os documentos comprobatórios do item 5.16.

5.20 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, obras / serviços objeto do Contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais ou equipamentos inadequados ou não correspondentes às especificações.

5.21 - Permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos concedentes e contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo a seus documentos e registros contábeis.

CLÁUSULA SEXTA: DA FISCALIZAÇÃO

6.1 - Os trabalhos de que trata o presente edital serão dirigidos por engenheiro com registro no CREA, devendo o mesmo possuir vínculo profissional com a empresa a ser contratada.

6.1.1 - No prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contados da assinatura do contrato, a empresa contratada deverá encaminhar à CONTRATANTE, cópia da guia de recolhimento da ART (anotação de responsabilidade técnica) junto ao CREA-SP.

6.2 - A **CONTRATANTE**, exercerá a fiscalização das obras / serviços através do corpo técnico da Secretária Municipal de Obras ou Técnico especialmente designado para este fim, sem reduzir nem excluir a responsabilidade da Contratada.

6.3 - Ficam reservados à Fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omisso, não previsto no Contrato, no Edital, nas Especificações, nos Projetos, nas Leis, nas Normas, nos Regulamentos e em tudo mais que, de qualquer forma, se relacione direta ou indiretamente com as obras / serviços em questão e seus complementos.

6.4 - Independentemente da Equipe de Fiscalização ou Técnico designado para fiscalização das obras / serviços, poderão ser contratados pela Contratante técnicos ou firmas especializadas para apoio da mesma, embora a ela subordinados.

6.5 - A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da Contratante, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, sendo que na sua ocorrência, não deverá implicar co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos, salvo seja caracterizada a omissão funcional por parte destes.

6.6 - Compete especificamente à Fiscalização:

6.6.1 - Indicar à Contratada todos os elementos indispensáveis ao início das obras no prazo de 10 (dez) dias a contar da assinatura do contrato.

6.6.2 - Exigir da Contratada o cumprimento integral do estabelecido na Cláusula Quinta - Das Obrigações da Contratada.

6.6.3 - Exigir o cumprimento integral dos Projetos, Detalhes, Especificações e Normas Técnicas da ABNT, e outras porventura aplicáveis;

6.6.4 - Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para sua retirada da obra;

6.6.5 - Exigir a imediata substituição de técnicos, mestres ou operários que não correspondam tecnicamente ou disciplinarmente às necessidades dos serviços;

6.6.6 - Decidir quanto a aceitação de material "similar" ao especificado, sempre que ocorrer motivo de força maior ou caso fortuito;

6.6.7 - Esclarecer prontamente as dúvidas que lhes sejam apresentadas pela Contratada;

6.6.8 - Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à Contratada;

6.6. 9 - Autorizar as providências necessárias junto a terceiros;

6.6.10 - Promover, com presença da Contratada, as medições dos serviços executados;

6.6.11 - Transmitir por escrito, instruções sobre as modificações dos serviços que porventura venham a ser feitos, bem como as alterações de prazo e cronograma;

6.6.12 - Relatar oportunamente à Contratante, ocorrências ou circunstâncias que possam acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços em relação a terceiros;

6.6.13 - Dar à Contratante imediata ciência de fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a Contratada, ou mesmo à rescisão do Contrato.

6.6.14 - A substituição de qualquer integrante da equipe técnica proposta pela Contratada, durante a execução do contrato, somente será admitida, a critério da Contratante, mediante a comprovação de experiência equivalente ou superior do substituto proposto.

6.7 - Os serviços deverão se desenvolver sempre em regime de estreito entendimento entre a Contratada, sua equipe e a Fiscalização, dispondo esta de amplos poderes para atuar no sentido do cumprimento do Contrato.

6.8 - Com relação ao "Diário de Ocorrências", compete à Fiscalização:

6.8.1 - Pronunciar-se sobre a veracidade das

anotações feitas pela Contratada;

6.8.2 - Registrar o andamento dos serviços, tendo em vista os projetos, as especificações, o prazo e o cronograma;

6.8.3 - Fazer observações cabíveis decorrentes dos registros da Contratada no referido diário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

7.1 - As despesas decorrentes da aplicação do presente Contrato onerarão a(s) verba(s):

CLÁUSULA OITAVA - DA TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO

8.1 - A **CONTRATADA** não poderá ceder, transferir, dar em garantia ou vincular, de qualquer forma, total ou parcialmente, o objeto do presente Contrato, a qualquer pessoa física ou pessoa jurídica, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE.**

8.2 - Nenhuma cláusula de Subcontratação poderá estabelecer qualquer vínculo entre a **CONTRATANTE** e a **SUBCONTRATADA,** sendo este vínculo mantido somente entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA.**

8.3 - É vedado à **CONTRATADA** subcontratar total ou parcialmente o fornecimento ora ajustado. Caso os serviços de assistência e manutenção técnicas sejam, por força de previsão legal ou contratual, de responsabilidade de terceiro, a **CONTRATADA** será solidariamente responsável pelos mesmos, respondendo, assim, por eventuais falhas, defeitos ou danos decorrentes da mencionada prestação de serviços.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente total ou parcialmente nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do artigo. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, e amigavelmente nos termos do artigo 79, inciso II, combinado com o artigo 78 da mesma Lei.

9.2 - Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da **CONTRATADA**, fica a CONTRATANTE autorizada a reter os créditos a que tem direito, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 - O não cumprimento de quaisquer exigências contidas na legislação em vigor ou nas condições contratuais pactuadas sujeitará a Contratada às penalidades e sanções previstas na Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, artigos 81, 86 a 88, em especial:

a) Advertência, por escrito, sempre que verificadas irregularidades;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da medição da etapa em execução, pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas deste Edital e do Contrato.

c) Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato pela rescisão contratual por inexecução total ou parcial do contrato;

d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por até 02 (dois) anos;

e) Declaração de idoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da Lei, perante a própria autoridade que implicou a penalidade.

10.2 - Da extensão das penalidades - A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser aplicada também àqueles que:

I - retardarem ou prejudicarem a execução do pregão;

II - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração;

III - fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal; e,

IV - não mantiverem a proposta ofertada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DA OBRA

11.1 - **RECEBIMENTO PROVISÓRIO:** Após o término da execução dos trabalhos objeto desta licitação, a CONTRATADA solicitará à CONTRATANTE a emissão do "Recebimento Provisório" o qual será efetuado no local onde os trabalhos foram executados e assinado por representante da CONTRATANTE e da CONTRATADA, em até 15 (quinze) dias da solicitação. Por intermédio do "Recebimento Provisório" poderão ser rejeitados no todo ou em parte trabalhos executados em desacordo com o especificado no contrato. As partes rejeitadas deverão ser refeitas às custas da CONTRATADA em prazo fixado no próprio "Recebimento Provisório".

11.2 - **RECEBIMENTO DEFINITIVO:** Após 90 (noventa) dias da data do "Recebimento Provisório" o representante da CONTRATANTE verificará se os trabalhos foram executados dentro das condições contratuais e estando tudo em ordem, emitirá o "Recebimento Definitivo" e autorizará a devolução da caução.

11.3 - São documentos necessários para o recebimento definitivo da obra, e que deverão acompanhar a solicitação, a critério do Órgão Contratante, quando couber:

a) Certidão Negativa de Débito perante o INSS / CND;

b) Certificado de Regularidade de Situação / CRF, junto ao FGTS;

c) Alvará e/ou Habite-se. (Se for o caso).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CAUÇÃO

12.1 - **A licitante vencedoradeverá prestar garantia** de cumprimento de contrato no **valor de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato**, conforme Parágrafo 2º do Artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/93, podendo a licitante vencedora optar por uma das seguintes modalidades: Caução em dinheiro, Título da Dívida Pública, Seguro Garantia ou Fiança Bancária.

12.2 - No caso da garantia ser feita por intermédio de Seguro Garantia ou Fiança Bancária, o **prazo mínimo da garantia ofertada deverá ser de 12 (doze) meses**.

12.3 - A garantia deverá ser efetuada no prazo de até

5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento da notificação feita pela Prefeitura Municipal de Guaiçara.

12.4 - A restituição da garantia efetuada, somente será liberada após o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** dos trabalhos, conforme item 11.2.

12.5 - No caso da garantia ser executada em dinheiro, o seu recolhimento far-se-á por guia própria vinculada a conta especial remunerada, em conta bancária a ser definida pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GESTÃO e FISCALIZAÇÃO

13.1 - O presente contrato será gerido pelo(a) Sr(a). Clauce Alves Toneli, nos termos do artigo 67 da Lei de Licitações, ao qual competirá velar pela perfeita exação do pactuado, em conformidade com o previsto no edital, na proposta da **CONTRATADA** e neste instrumento.

13.2 - Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência ao **CONTRATANTE** do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da **CONTRATADA** para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do contrato, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**.

13.3 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui e nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do ajuste, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aqueles provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

13.4 - O contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os bens objeto do fornecimento ora contratado, caso os mesmos afastem-se das especificações do edital, seus anexos e da proposta da **CONTRATADA.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1 - Das decisões proferidas pela Administração caberão:

a) Recurso, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, nos casos de aplicação das penas de advertência, suspensão temporária, multa ou rescisão do contrato;

b) Representação, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão, de que não caiba recurso hierárquico;

c) Pedido de Reconsideração, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

14.2 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio de quem praticou o ato ocorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado à autoridade competente, devendo, neste caso a decisão ser proferida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do processo, sob pena de responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - O presente contrato é regido pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, pelos preceitos do direito público aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

15.2 - O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço global.

15.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Lins - SP, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Em caso de qualquer pendência fundada neste Contrato, a parte que for julgada vencida, ficará com os encargos da demanda, inclusive os honorários advocatícios da parte vencedora.

15.4 - E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

HELLEN FERNANDES RODRIGUES COELHO
PREFEITA DO MUNICÍPIO DE AVAÍ
RJR ENGENHARIA E VIAS LTDA
Empresa Contratada

TESTEMUNHAS:
Nome:_____
RG nº:
Nome: _____
RG nº:

GESTOR DO CONTRATO
Nome: _____
RG nº:

.....